

NOVO JORNALISMO E ABOLICIONISMO: O JORNAL *LIBERTADOR* E A IMPRENSA POLÍTICA NA PROVÍNCIA DO CEARÁ (1881-1884)

NEW JOURNALISM AND ABOLICIONISM: THE *LIBERTADOR* NEWSPAPER AND THE POLITICAL PRESS IN THE PROVINCE OF CEARÁ (1881-1884)

Francisco Paulo de Oliveira Mesquita¹

Resumo: O presente artigo analisa o papel cultural da imprensa abolicionista na formação da opinião pública na província do Ceará, enfatizando como o jornal *Libertador* foi constituído como órgão oficial da Sociedade Cearense Libertadora e fomentou uma prática jornalística que se distinguiu do padrão dos jornais político-partidários, durante a campanha abolicionista cearense na imprensa, entre 1881 e 1884. A análise de jornais, revistas do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), livros e dicionários biográficos de época demonstrou como essa folha abolicionista cearense atuou na construção, na discussão e na divulgação do movimento abolicionista dessa província pelo Brasil, fomentando uma nova prática jornalística no Ceará.

Palavras-chave: Abolicionismo; Novo jornalismo; Jornal *Libertador*.

Abstract: This article analyzes the cultural role of the abolitionist press in the formation of public opinion in the province of Ceará, emphasizing how the newspaper *Libertador* was constituted as an official organ of the Sociedade Cearense Libertadora and fostered a journalistic practice that differs from the standard of political parties. During the abolitionist campaign of Ceará in the press, between 1881 and 1884. The analysis of newspapers, magazines from the Institute of Ceará (Historical, Geographic and Anthropological), books and biographical dictionaries of the time, demonstrated how this abolitionist sheet from Ceará acted both in the construction, discussion and dissemination of abolitionist movement of that province around Brazil, how to foment a new journalistic practice in Ceará.

Keywords: Abolitionism; New journalist; *Libertador* newspaper.

Novo Jornalismo e Abolicionismo

Embora a imprensa tenha guiado a campanha abolicionista brasileira durante a década de 1880, a ascensão de uma nova prática jornalística foi determinante para que ela fosse a maior

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará, bolsista CAPES. E-mail: franciscopaulofp@yahoo.com.br.

tributária do avanço dessa ideologia no Império. O ambiente de crítica e contestação às antigas estruturas sociopolíticas que ainda sustentavam o Império, gestado tanto pela ampliação do espaço público quanto pela modernização dessa nação, reflexo da batalha intraelite, reiniciada na arena política no final da década de 1860, possibilitou não só o aparecimento de vários jornais pelo país, culminando com uma nova fase de “explosão da palavra imprensa”², como também abriu espaço para que a invenção de Johannes Gutemberg ampliasse a sua influência, ganhasse nova fisionomia, progredisse tecnicamente e generalizasse os seus efeitos, adquirindo protagonismo ao aventar um grande quadro de reformas estruturais no país³. Dessa maneira, além da discussão de temas como a centralização ou descentralização política, a política nacional de imigração, as trocas ministeriais, a separação entre Estado e Igreja e a escalada do republicanism, a luta contra o regime escravocrata ganhou muita repercussão na imprensa.

Durante ou logo após o gabinete Rio Branco, a febre da modernização contagiou a imprensa brasileira. O aperfeiçoamento dos sistemas de transportes e a regularização dos serviços dos Correios, muito em virtude do crescimento das linhas férreas, da implantação da rede de telegrafia e do aparecimento de máquinas linotipos mais em conta no Brasil, permitiram a expansão da cultura impressa para diversas regiões do Império⁴. Dessa maneira, além do surgimento de vários periódicos partidários, apareceram muitos jornais e revistas de caráter noticioso, crítico e científico de médio porte e “independentes dos partidos políticos constitucionais”, como: a *Gazeta de Notícias* (1874), *A Província de São Paulo* (1875), a *Revista Ilustrada* (1876) e a *Gazeta da Tarde* (1880). Essas condições contribuíram para o nascimento do novo jornalismo no Brasil⁵, senão de uma prática jornalística comprometida com o debate de assuntos pertinentes à representação nacional, deixando de atuar apenas na manutenção das regalias dos setores fiadores da estrutura escravista e latifundiária dessa nação.

Essa nova prática jornalística também foi arregimentada pela ampliação do público leitor das principais capitais do Brasil, sobretudo após o crescimento da vida urbana e do impacto de atividades comerciais de cunho cultural em expansão, como confeitarias, cafés, livrarias e teatros. De acordo com a socióloga brasileira Angela Alonso, esses espaços “viraram pontos de debate de artes e política na Corte, em cidades maiores, como Recife e Salvador, nas

² SANTOS, Claudia dos. “Imprensa”. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Propriedades e disputas: fontes para a história do Oitocentos**. Guarapuava/ Niterói: Unicentro/ EDUFF, 2011, p. 189.

³ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 223.

⁴ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010, p. 117.

⁵ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 89.

pasmacentas São Paulo e Porto Alegre”⁶, e, até mesmo, no quadrilátero central da cidade de Fortaleza, o que acabou favorecendo tanto a divulgação das ideias abolicionistas e republicanas nessa nação, quanto à propagação da cultura impressa pelo Império, em especial, a literatura.

Com essa transformação, diversos intelectuais politicamente marginalizados e descontentes com a estrutura sociopolítica brasileira foram arrastados para a imprensa (caminho geralmente mais curto para adentrar nos meandros do funcionalismo público e da cultura política). Além de terem atuado como verdadeiros decifreadores do discurso da ciência e porta-vozes da regeneração moral⁷, esses agentes reformistas se apropriaram desse novo espaço para ensaiarem diversas das suas obras. Machado de Assis, por exemplo, publicou *A mão e a luva*, como romance de folhetim pelo jornal *O Globo* do Rio de Janeiro, enquanto Raul Pompeia publicara *O Ateneu* pelas colunas do jornal antiescravista fluminense *Gazeta de Notícias*⁸.

Este último jornal é um grande exemplo para compreender o *modus operandi* do novo jornalismo no Brasil, sobretudo das folhas afeitas ao debate abolicionista. De acordo com Ana Flávia Ramos, além de ter buscado a neutralidade entre os partidos políticos, o jornal de Ferreira de Araújo tinha um preço acessível, havia adotado uma forma de distribuição abrangente e possuía um corpo redatorial composto por intelectuais calhados pelas modernas teorias científicas, muitos deles literatos, porém todos críticos da estrutura imperial, como Joaquim Serra, Machado de Assis e José do Patrocínio⁹. Além de ter permitido que essa folha ocupasse um lugar de destaque na imprensa brasileira, ainda durante a década de 1880, discutindo em suas páginas diversos assuntos relativos aos embates sociopolíticos dessa nação, em especial, o movimento abolicionista, essa estrutura foi emulada tanto pelo jornal abolicionista fluminense *Gazeta da Tarde*, quanto pelo periódico republicano paulistano *A Província de S. Paulo*.

Como no restante do Brasil, o desenvolvimento do novo jornalismo no Ceará aconteceu na esteira do crescimento socioeconômico. De acordo com o historiador cearense Gleudson Cardoso, o intercâmbio comercial entre essa província e o eixo Estados Unidos-Europa, durante o surto de modernização na cidade de Fortaleza, reflexo do dinamismo da produção algodoeira entre 1860 e 1870, não ficou limitado às relações de trocas entre produtos industrializados e matérias-primas, mas, em boa medida, também permitiu a intensificação da circulação de livros, jornais e revistas, colaborando diretamente com a intensificação da divulgação das teorias

⁶ Idem.

⁷ BARBOSA. Op. Cit., p. 129.

⁸ SODRÉ. Op. Cit., p. 244.

⁹ RAMOS, Ana Flávia Cernic. “A Lei dos Sexagenários nas ‘*Cousas Políticas*’ da *Gazeta de Notícias*: os embates acerca da escravidão e da liberdade na imprensa carioca (1884-1885)”. In: ENGEL, Magali; SOUZA, Flávia; GUERELLUS, Natália (Org.). **Os intelectuais e a imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2015, p. 52.

correntes nos círculos intelectuais das metrópoles industriais mundiais. Para o autor, esse ambiente possibilitou a aceleração do debate crítico, literário, científico e filosófico no circuito letrado dessa capital, onde, até então, predominava o jornalismo de caráter político-partidário¹⁰.

A imprensa cearense deixou de servir somente à causa partidária para prestar informações sobre o estado geral da sociedade. Nesse período, surgiram várias publicações críticas, literárias e científicas “independentes dos partidos políticos constitucionais”, dentre estas: *A Revolução* (folha republicana fundada em 1872, pelo Clube Democrata Cearense), *A Fraternidade* (jornal maçônico fundado em 1873, pela Loja Maçônica Fraternidade), *O Meirinho* (jornalzinho crítico, literário e científico, fundado em 1874), *O Retirante* (impresso que defendia as vítimas da seca de 1877), *O Eco do Povo* (jornal fundado em 1879, para lutar contra os abusos das autoridades públicas do Ceará) e o jornal abolicionista *O Libertador*¹¹.

Esta última folha antiescravista foi a principal emissária do novo jornalismo na imprensa da província do Ceará. Além de ter atuado na opinião pública cearense para formar um público leitor condizente com a ideologia abolicionista e com os valores de uma sociedade moderna, científica, industrial, livre e capitalista, o jornal *Libertador* entrou em choque com a ainda reinante imprensa política dessa província, onde os jornais liberais *Cearense* e *Gazeta do Norte* e os periódicos conservadores *Pedro II* e *Constituição* eram utilizados como verdadeiras trincheiras para a promoção da manutenção das oligarquias na máquina pública provincial¹².

De acordo com essa problemática e os pressupostos da história sociocultural da comunicação impressa, buscou-se analisar o papel cultural da imprensa abolicionista na formação da opinião pública cearense, enfatizando como o jornal *Libertador* foi constituído como órgão da Sociedade Cearense Libertadora e fomentou uma prática jornalística distinta do padrão dos jornais político-partidários para difundir a ideologia abolicionista no Ceará. Para tanto, além da investigação sobre como esse periódico funcionava, quem escrevia nele e como as matérias chegavam na opinião pública cearense¹³, foi examinada a materialidade e as relações desse jornal com alguns dos grupos políticos e econômicos dessa província¹⁴. O intuito foi realizar uma análise que não ficasse restrita à extração de uma ou outra matéria desse

¹⁰ CARDOSO, Gleudson Passos. **Práticas letradas e a construção do mito civilizador**: “Luzes”, seca e abolicionismo em Fortaleza (1873-1904). Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2016, p. 38.

¹¹ NOBRE, Geraldo. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC-UFC/ Secretária de Cultura do Estado do Ceará/ Arquivo Público do Ceará, 2006, p. 96-118.

¹² CARDOSO. Op. Cit., p. 26.

¹³ DARNTON, Robert. **O beijo de lamourette**. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 112.

¹⁴ LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: **Fontes históricas**. PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-154.

periódico, mas que se realizasse, ao mesmo tempo, uma reflexão que delineasse fonte e objeto dentro do processo histórico, almejando construir não só a narrativa como uma ação de “recolocar em cena os atos comunicacionais do passado”¹⁵, mas também demonstrar como a prática jornalística do *Libertador* foi imprescindível para a articulação do movimento abolicionista da província Ceará com alguns dos principais grupos antiescravistas do Império brasileiro.

O abolicionismo no jornal *Libertador* e a imprensa partidária na província do Ceará

O movimento abolicionista na província do Ceará ganhou força durante o final da década de 1870, sobretudo após a fundação da Associação Comercial Perseverança e Porvir, no dia 28 de setembro de 1879. Embora essa agremiação comercial fortalezense tenha limitado as suas ações a reuniões extraordinárias e festividades antiescravistas, segundo o mais puro legalismo emancipacionista¹⁶, uma vez que tinha como objetivo principal tratar dos negócios econômicos dos seus fundadores¹⁷, propunha-se também a alforriar escravos, sendo ela responsável pela fundação da Sociedade Cearense Libertadora no dia 8 de dezembro de 1880.

Além de ter sido a principal agremiação antiescravista do Ceará, uma vez que capitaneou a campanha abolicionista nessa província, a Sociedade Cearense Libertadora¹⁸ fundou o jornal *Libertador*. Esse jornal abolicionista cearense foi inaugurado no dia 1º de janeiro de 1881 e circulou até o ano de 1892. No entanto, ele atuou como órgão oficial dessa agremiação abolicionista somente até o dia 7 agosto de 1884. Alguns meses após o dia 25 de março de 1884, data da libertação dos escravos na província do Ceará, a Sociedade Cearense Libertadora foi dissolvida, e o jornal *Libertador* teve a sua direção transferida para alguns acionistas da “Empreza Typografica”. É o que informou o editorial divulgado no dia 7 de agosto de 1884:

Tendo dissolvido-se a Sociedade Cearense Libertadora, o *Libertador* que até hontem publicava-se sob sua direção e por sua conta, passa de hoje em diante a ser publicado e dirigido por alguns acionistas da EMPREZA TYPOGRAPHICA os quaes

¹⁵ BARBOSA. Op. Cit., p. 15.

¹⁶ OLIVEIRA SILVA, Pedro Alberto de. **História da escravidão no Ceará**. Das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, p. 191-192.

¹⁷ A “Perseverança e Porvir” era composta pelos seguintes membros: José Correia do Amaral (Presidente); José Theodorico de Castro (Vice-presidente); Antônio Cruz Saldanha e José Barros Silva (Diretores); Alfredo Rocha Salgado (Secretário); Joaquim José de Oliveira Filho (Tesoureiro); Antônio Dias Martins Júnior, Manoel Albano Filho, Raimundo Maciel, Luiz Xavier da Silva Castro, Francisco Florêncio de Araújo e Antônio Soares Teixeira Júnior (Fiscais). Cf.: “Perseverança e Porvir”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 20, 28 set. 1881. *Libertador*, p. 2.

¹⁸ Os membros da “Perseverança e Porvir” elegeram a primeira diretoria da Sociedade Cearense Libertadora. Essa agremiação foi composta pelos seguintes membros: João Cordeiro (Presidente); José Correia do Amaral (Vice-presidente); Frederico Borges (1º secretário); Antônio Bezerra (2º secretário); João Crisóstomo da Silva Jatahy (Tesoureiro); Manuel Ambrósio da Silveira Torres Portugal e Justino Francisco Xavier (Advogados); José Caetano da Costa, João Carlos da Silva Jatahy, João Baptista Perdigão de Oliveira e Eugênio Marçal (Procuradores). Cf.: MARTINS JÚNIOR, Antônio Dias. “Relatório”. *Libertador*. Fortaleza, ano I, n. 1, 1 jan. 1881. Expediente, p. 6.

representam mais de metade do valor das acções emitidas. O programma do jornal continua a ser o mesmo de 2 de novembro de 1882. Igualmente manteremos o mesmo titulo, não só por ser a representação de um passado glorioso, como também, porque esse titulo exprimi perfeitamente nossas idéias, desde que pugnamos por todas as liberdades.¹⁹

Embora a Sociedade Cearense Libertadora tenha deixado a direção dessa folha durante a continuidade da sua circulação nessa província, o jornal *Libertador* tanto manteve o programa de 2 de novembro de 1882, como permaneceu sob a direção de jornalistas abolicionistas, o que permitiu que esse jornal mantivesse o apoio à campanha abolicionista nacional e procurasse legitimar o vanguardismo abolicionista cearense. Entre 1884 e 1892, ele circulou como *Orgam dos Interesses da Provincia* (1884), *Orgam dos Interesses do Paiz* (1885-1886), *Diário da Tarde* (1887-1890) e *Orgam do Centro Republicano* (1890-1892). Em 1892, após a aliança com o jornal *O Estado do Ceará* (órgão da União Republicana Cearense), ele foi transformado no jornal *A República* (órgão do Partido Federalista Cearense) e deixou de circular no Ceará²⁰.

Durante o ano de 1881, o jornal *Libertador* publicou somente 20 números. Da primeira à décima edição, esse periódico saiu quinzenalmente e apresentou, em média, 4 a 8 páginas. Até a edição de número 10, além de ter sido vendido em todas as ruas de Fortaleza, ele podia ser adquirido na Bolsa do Comércio (casa do abolicionista José Barros, localizada próximo à praça José de Alencar, no centro da cidade de Fortaleza). O jornal *Libertador* não possuía assinantes; cada número avulso custava somente 40 réis²¹. A sua edição avulsa tinha um preço acessível, sobretudo quando comparado com os grandes jornais partidários de Fortaleza. Em 1881, quando essa folha apareceu na imprensa cearense e “vendeu quase todos os 500 números”²², o periódico *Constituição* custava 100 réis, o jornal *Pedro II* era vendido por 80 réis, a folha liberal *Gazeta do Norte* valia 60 réis, e o *Cearense* podia ser adquirido por 40 réis.

Entre o número 11 e 18, o jornal *Libertador* circulou semanalmente com apenas quatro páginas e passou a ser comercializado através de assinaturas trimestrais, podendo ser assinado tanto na Bolsa do Comércio quanto na casa do comerciante Manoel Albano Filho, pelo valor de 2:000 réis.²³ Os últimos dois números dessa folha abolicionista, publicados durante ano de 1881, foram edições especiais. O número 19 saiu no dia 28 de setembro de 1881 e homenageou a promulgação da Lei do Ventre Livre e a fundação da Associação Comercial Perseverança &

¹⁹ “Explicação Necessária”. *Libertador*. Fortaleza, ano I, n. 161, 7 ago. 1884. *Libertador*, p. 2. A linguagem original da documentação foi preservada durante todo o artigo.

²⁰ GIRÃO, Raimundo. *A abolição no Ceará*. 3^o Ed. Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto, 1984, p. 125.

²¹ “LIBERTADOR”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 1, 1 jan. 1881. *Libertador*, p. 1.

²² “O mesmo jornal”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 2, 15 jan. 1881. *Gazetilha*, p. 5.

²³ “LIBERTADOR”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 11, 16 jun. 1881. *Annuncios*, p. 4.

Porvir, enquanto a sua vigésima edição foi publicada no dia 8 de dezembro de 1881 e dedicou-se integralmente à comemoração do primeiro aniversário da Sociedade Cearense Libertadora.

O jornal *Libertador* era editado pelo tipógrafo Joaquim Lopes Verçosa e lembrava muito o formato de livros. Ele tinha uma dimensão reduzida (21,5 x 30 cm) e era dividido em duas colunas verticais, apresentando as seguintes seções: Libertador, Gazetilha, Expediente, Seção Especial, Peças Officaes, Folhetim, Parlamento Brasileiro, Litteratura, Página do Povo e Annuncios. Embora as seções “Literatura”, “Página do Povo” e “Anuncios” aparecessem com frequência nesse jornal, as únicas seções fixas do *Libertador*, ou seja, aquelas que não variavam de um número para outro, eram “Libertador” (editorial) e “Gazetilha”. Nesta seção eram divulgados artigos abolicionistas, correspondências e telegramas de correligionários, e notícias sobre a libertação de escravos, fundação de jornais abolicionistas, inauguração de agremiações antiescravistas, festividades abolicionistas e denúncias contra traficantes de escravos do Brasil.

Figura 1: Jornal *Libertador*. Órgão da Sociedade Cearense Libertadora. Primeira fase de circulação na imprensa da província do Ceará (1881).



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Hemeroteca Digital Brasileira.

Durante a sua circulação como órgão oficial da Sociedade Cearense Libertadora, o jornal *Libertador* foi dirigido pelo intelectual republicano e comerciante cearense João Cordeiro. Essa folha tinha como redatores-chefes: Antônio Bezerra de Menezes, José Joaquim Teles Marrocos e Antônio Dias Martins Júnior. Dentre os seus principais colaboradores, figuravam, dentre outros: Dr. Frederico Augusto Borges, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues de Souza, Abel Garcia, Almino Alvares Afonso, João Lopes Ferreira Filho e o Dr. Pedro Tomás de Queiróz, enquanto os seus principais correspondentes foram: Francisco de Paula Ney, Dr. Tristão de Alencar Araripe Júnior e o Dr. Antônio Augusto de Vasconcellos.

Embora o exame das trajetórias dos articulistas do jornal *Libertador* durante a campanha abolicionista na imprensa cearense não seja o objetivo principal desta análise, é fundamental ressaltar alguns aspectos da vida desses agentes sociais, uma vez que eles, além de permitirem compreender alguns elementos de distinção²⁴ desses abolicionistas no espaço social da

²⁴ BOURDIEU, Pierre. **A distinção:** crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007, p. 101.

província do Ceará, contribuem para analisar como esses agentes abolicionistas constituíram os laços e as crenças que legitimaram as suas *performances* no campo da imprensa.

Os articulistas dessa folha vivenciaram o contexto de aceleração da urbanização no Império e de difusão do novo pensamento liberal, que contagiou os novos grupos urbanos dessa nação, durante a segunda metade do século XIX, sobretudo políticos reformistas e jovens bacharéis egressos das famílias nordestinas²⁵, que pouco ou nada podiam esperar do cativo em declínio. Assim, em grande medida, o grupo de jornalistas do *Libertador* foi constituído pela emergente classe média urbana de Fortaleza, em especial, pequenos comerciantes, burocratas, médicos, advogados e professores. No entanto, muitos deles ainda mantinham relações diretas com os grupos que se posicionavam no topo da estrutura dominante, portanto, em boa medida, ainda eram extensões dessa camada social, senão os filhos, os netos ou os apaniguados dos chefes políticos, fazendeiros e abastados comerciantes dessa província. Segundo essa lógica, já figuravam, como deputados provinciais, os senhores Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues, João Lopes Ferreira Filho e Tristão de Alencar Araripe Júnior²⁶.

A maioria dos articulistas do jornal *Libertador* também havia frequentado a Faculdade de Direito do Recife. Essa instituição e a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco foram os centros de divulgação do “bando de ideias novas” (positivismo, evolucionismo, darwinismo, naturalismo, cientificismo e crítica religiosa), que, segundo o famoso relato do intelectual Silvio Romero, esvoaçaram no Brasil a partir do ano de 1868²⁷ e fundamentaram as bases da retórica contestadora dos abolicionistas brasileiros durante as últimas décadas da monarquia. De acordo com a socióloga Angela Alonso, o “maremoto sociológico da segunda metade do Oitocentos”, sobretudo as ideias de “Auguste Comte e seus parentes evolucionistas” definiram “o progresso como movimento irrefreável de industrialização, urbanização e secularização que arrasaria as instituições tradicionais para gerar uma sociedade moderna, científica, industrial, republicana e livre”. Para a autora, “a ideia positivista de progresso adentrou à Faculdade de Direito de São Paulo e a do Recife, locais de onde muitos alunos saíam republicanos e abolicionistas”²⁸.

Almino Alvares Afonso, Abel Garcia, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues de Souza, Dr. Frederico Augusto Borges, Antônio Augusto de Vasconcellos, Dr. Tristão Alencar de Araripe Júnior e Pedro Tomás de Queiróz eram bacharéis formados pela Faculdade de

²⁵ BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 224.

²⁶ GUIMARÃES, Hugo Vitor. **Deputados provinciais e estaduais do Ceará**. Assembleias Legislativas (1835-1947). Fortaleza: Editora Jurídica LTDA, 1952, p. 34-36.

²⁷ ROMERO, Silvio. “Resposta do Sr. Silvio Romero”. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discursos Acadêmicos**. Tomo I (1897-1919). Rio de Janeiro, 2003, p. 285.

²⁸ ALONSO. Op. Cit., p. 98-99.

Direito do Recife, enquanto Antônio Bezerra de Menezes, João Lopes Ferreira Filho e Francisco de Paula Ney não conseguiram concluir seus cursos superiores. Antônio Bezerra estudou na Faculdade do Largo do São Francisco, João Lopes na Faculdade de Direito do Recife e Francisco de Paula Ney abandonou a Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro²⁹.

Os abolicionistas do jornal *Libertador* também haviam participado da cena intelectual da cidade de Fortaleza durante a década de 1870. João Lopes e Araripe Júnior juntamente com Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Xilderico de Faria, Thomás Pompeu Filho e outros jovens, que haviam realizado os seus estudos nas faculdades de Recife, Salvador, Rio de Janeiro e outras cidades mundo afora, fundaram a Academia Francesa (1873). Embora essa agremiação literária, científica e filosófica tenha sido extinta em 1875, ela foi o principal expoente das novas ideias na cidade de Fortaleza e fomentou a discussão das ideologias modernas no Ceará, tanto pelo jornal *A Fraternidade* (1873) quanto pela Escola Popular (1874). Além de terem influenciado a criação do Gabinete Cearense de Leitura (1875), agremiação literária e cultural, frequentada por Paula Ney, Antônio Bezerra, Pedro de Queiróz, Antônio Dias Martins Júnior, João Lopes e Araripe Júnior, a divulgação dessas ideias nesses espaços colaborou para que a emergente classe média da cidade de Fortaleza fundasse A Sociedade *Reform Club* Biblioteca (1876). Nessa associação, caixeiros e comerciantes, como José Correia do Amaral e João Cordeiro, também apropriaram dessas leituras modernas e passaram a contestar os valores tradicionais que ainda atrasavam essa província³⁰.

Os articulistas do jornal *Libertador* também possuíam uma experiência considerável no campo da imprensa e encamparam os principais periódicos dessa província durante a segunda metade do século XIX. A maioria já havia redigido jornais críticos, científicos e literários, durante a cena intelectual da cidade de Fortaleza na década de 1870 ou durante o período de realização dos seus cursos superiores, enquanto alguns já haviam conseguido estabelecer uma carreira sólida nas folhas das facções políticas dessa província ou em periódicos da província do Rio de Janeiro. Martinho Rodrigues, Justiniano de Serpa e Frederico Borges, por exemplo, eram redatores do jornal *Constituição*, João Lopes atuava como redator-chefe da *Gazeta do Norte* e Paula Ney era colega de José do Patrocínio na redação da *Gazeta de Notícias* da Corte.

Além do fato de tal trajetória ter contribuído com a união entre os articulistas do jornal *Libertador*, ela colaborou para a construção de uma pretensa rede de associativismo abolicionista na imprensa. Essa conexão fica clara com o contato entre a Associação Central

²⁹ STUDART, Guilherme. **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**. Fortaleza: Typographia Minerva, 1915.

³⁰ CARDOSO. Op. Cit., p. 43-77.

Emancipadora do Rio de Janeiro³¹ e a Associação Comercial Perseverança e Porvir, antes da fundação da Sociedade Cearense Libertadora, como atesta a carta enviada por José Correia do Amaral para Paula Ney, publicada no jornal *Gazeta da Tarde*, confirmando que o secretário da Perseverança e Porvir havia realizado a entrega dos folhetos sobre a abolição da escravatura:

Illm. Sr. Francisco de Paula Ney. <<Tive a satisfação de receber a muito prezada carta de V. S., datada de 20 do próximo passado. O Sr. Dr. Theodorico Filho, fez entrega do pacote, contendo diversos exemplares de folhetos sobre emancipação e abolição da escravatura, os quaes fiz distribuir e tiveram bom acolhimento, tanto quanto os primeiros que me foram dirigidos dessa corte, não sei porque cavalheiro! No entanto, a quem quer que fôr, os meus agradecimentos. Os meus ardentes desejos para que seja findo o elemento servil em nossa província, secundado pelos cooperadores da sociedade *Perseverança e Porvir* persuademme que algum resultado tiraremos em favor da causa que defendemos, porque, ella é sympathizada em nossa capital pelos cidadãos que compreendem não haver civilisação em um paiz que tem homens escravos! Foi assim que no dia 8 deste foi instalada a sociedade abolicionista dos escravos da nossa província; sendo manumidos naquella festa três daquelles infelizes, que receberam carta de liberdade! Comprometto-me a participar a V. S. as occurencias sobre este assumpto. O nosso amigo Antonio Martins, secretário da *Perseverança e Porvir* remette a V. S. alguns exemplares do discurso que proferio na instalação da Sociedade Abolicionista do Ceará. Sou com estima e subida consideração. De V. S. Patrício, amigo e criado José Correia do Amaral>>.³²

Além de ter facilitado a conexão com outros grupos abolicionistas do Império, esse quadro de articulistas foi imprescindível para elaborar um jornal eloquente, poético e incendiário para realizar a difusão do abolicionismo na opinião pública da província do Ceará.

Essas características já podiam ser percebidas no programa do *Libertador*. O jornal antiescravista cearense usava uma linguagem poética para apregoar que havia surgido para fomentar na opinião pública dessa província a propaganda abolicionista. Ele alegava que a discussão sobre o elemento servil teria sido esquecida pelo jornalismo brasileiro em proveito dos paladinos da ciência, do comércio, da política, da indústria, da arte e da lavoura. O “Novo Anno”, certamente, era uma referência ao surgimento dessa folha abolicionista nessa província:

Por entre as brumas misteriosas da eternidade, o tempo fez sua evolução, e a terra nas expansões do seu jubilo saúda o **Novo Anno**. Aos primeiros albores de sua aurora celeste também surge na imprensa cearense um novo órgão de publicidade. Romeiro da esfera terrestre, cumprimenta o mensageiro celeste e, como ele, tem seu círculo a percorrer e sua missão a cumprir. Traçar-lhes sua posição o programa que tem representado o jornalismo brasileiro. Nas suas lutas se debateram todos os interesses: a política e o comercio, as ciências e as artes, a indústria e a lavoura continuam a ter

³¹ A Associação Central Emancipadora do Rio de Janeiro foi fundada em agosto de 1880, pelos abolicionistas negros José do Patrocínio, André Rebouças, Vicente de Souza e Nicolau Moreira. Além dessa agremiação realizar conferências públicas para arrecadar fundos para a compra de alforrias de cativos, ela almejava realizar a difusão do abolicionismo pelo Império. Os principais conferencistas dessa agremiação eram: José Carlos do Patrocínio, Lopes Trovão, André Rebouças, João Clapp, Francisco de Paula Ney e Rui Barbosa. Cf.: ALONSO. Op. Cit., p. 91.

³² José Correia do Amaral. “Sociedade Cearense Libertadora”. *Gazeta da Tarde*, Rio de Janeiro, ano I, n. 145, 26 dez. 1880. Noticiário, p. 2.

seus paladinos. Apenas foi esquecido quem tinha mais direito à solicitude do coração humano – o proscrito!³³

Embora a Sociedade Cearense Libertadora apoiasse diversas práticas legalistas, o programa do seu periódico era incendiário e questionava como a política emancipacionista promovida nessa nação, sobretudo a lei contra o Tráfico Internacional de Africanos e a Lei do Ventre Livre, não foi suficiente para resolver o problema do elemento servil e batizar os escravos com a liberdade negada desde a Independência do Brasil. Essa trajetória justificava a “missão de amor que não vinha trazer a paz” do jornal *Libertador*. A liberdade teria que ser conquistada revolucionariamente, porque “a tirania não cedeu à razão e nem conhecia direito”:

[...] 1822 negou-lhes o baptismo da liberdade! Mais tarde mystiticou-se, em seu detrimento, a lei de 7 de novembro de 1831 e proseguiu terrorosa a mesma oppressão. A consciência publica revoltou-se, e a liberdade reclamou justiça. Entretanto a lei de 28 de setembro de iludia a questão, mas não solvia a difficuldade. Com o paiz que se levanta em prol da mais santa das cauzas, vem hoje o *Libertador* inscrever-se na liça de seus combatentes. Sua missão é de amor; mas não vem trazer a paz. A liberdade só combate com a espada; porque a tyrannia não cede á razão e nem conheceo direito. Onde estiver o oprimido, ahi estaremos nós. Ficão suspensas as garantias dos potentados: Contestamo-lhes o *direito* de serem os únicos que têm razão. *Liberdade, egualdade e fraternidade* é a legenda de nosso estandarte.³⁴

Embora afirmasse que a liberdade devesse ser combatida com a espada, a sua missão também era de fé. Para a folha da Sociedade Cearense Libertadora, “quem era catholico não poderia ser escravocrata”, pois a “Bíblia condenava a escravidão” e “estabelecia que todos os homens eram irmãos”. De acordo com o jornal *Libertador*, aquelas pessoas que se diziam católicas, no entanto, apoiavam a manutenção da escravatura no Brasil, “não passavam de vis hypocritas”, porque continuavam negando “a doutrina apregoada pelo Martyr do Calvário”³⁵.

A referência ao novo ano não elucidava apenas o aparecimento do jornal *Libertador* na imprensa cearense; ela também anunciava a caminhada do movimento abolicionista do Ceará pelo Brasil em nome da liberdade. Ainda em sua primeira edição, o jornal divulgou um artigo intitulado “O Novo Anno”, em que apresentou a evolução dessa província em nome da ideia da liberdade e projetava o Ceará como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro, apregoando que essa província libertaria os seus cativos primeiro e serviria de exemplo para os seus irmãos do Sul da nação, pois ela tinha um grande papel destinado na História do Império:

Oh! liberdade, que doces transportes nos arrebatas tu com o magico, encanto de tua palavra! Inspirados na inviolabilidade de teus dogmas seductores, trabalhando em commum para o engrandecimento da terra, que és protectora, e imbalados na magia do teu nome, que nos faz palpitar de entusiasmo o coração, poderemos exclamar cheios de prazer aos nossos irmãos do sul: vinde aprender commosco a ser livres! Vindes gozar alegrias que não podeis conhecer! Vinde ver como um povo

³³ “Programa”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 1, 1 jan. 1881. *Libertador*, p. 1, grifo meu.

³⁴ Idem.

³⁵ “Quem é catholico não pode ser escravocrata”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 16, 8 ago. 1881. *Libertador*, p. 2.

acabrunhado de mil calamidade naturaes, encara os perigos, e a despeito de todas as desgraças, só sonha com as grandezas que lhe inspira o esforço de sua constancia. Não há de negal-o; o Ceará está destinado a representar grande papel na história deste império.³⁶

Além de o aparecimento do jornal *Libertador* ter sido saudado por diversos periódicos pelo Brasil³⁷, algumas folhas da imprensa cearense também comentaram o seu surgimento na cidade de Fortaleza. De acordo com o jornal *Libertador*, “a saudação das redações dos jornais *Cearense*, *Gazeta do Norte*, *Diário de Notícias* e *Constituição* foi cordial e o cavalheirismo não desmentiu as tradições gloriosas de seu passado”. No entanto, mesmo diante da gratidão dessa saudação, ele divulgou que “se no congresso social da imprensa” cearense “havião outros luctadores, nem elles se deram a conhecér”, nem eles sentiram a sua falta³⁸.

A verdade é que, apesar da saudação cordial de alguns jornais, a imprensa cearense nunca foi bastante cavalheiresca, muito menos no passado. De acordo com João Brígido dos Santos (jornalista e político liberal do jornal *Gazeta do Norte*), a imprensa foi apropriada como um verdadeiro campo de batalha. Para ele, os impressos eram um espaço para os jornalistas “descarregarem as suas paixões, evitando-se a luta à mão armada”.³⁹ No entanto, a imprensa apresentou um passado glorioso e atuante na província do Ceará. Para Demócrito Rocha, ela:

[...] cogitou de fortalecer e preservar a constituição, exaltar o imperador, defender os partidos liberais e conservador, reclamar socorro da Coroa para as vítimas da sêcas, velar pela aplicação de tais recursos, criticar ou advogar as administrações estaduais, realizar a propaganda da República, fazer a campanha anti-escravagista, e acompanhar a ação dos delegados do governo central à frente dos serviços.⁴⁰

Na segunda metade do século XIX, sobretudo durante as duas últimas décadas da monarquia brasileira, a imprensa política ainda reinava no Ceará. Em 1881, quando o jornal *Libertador* apareceu nessa performática arena, ele disputou os corações e as mentes dos leitores contra os quatro mais atuantes jornais das facções políticas dessa província. O jornal *Pedro II* era chefiado pela facção conservadora “miúda ou Aquiraz”, o jornal *Cearense* era comandado pelos “liberais Paulas”, a folha conservadora *Constituição* servia à facção “graúda ou Ibiapaba”, e a prensa do jornal *Gazeta do Norte* atendia aos interesses imediatos dos “liberais Pompeus”⁴¹.

³⁶ “O novo anno”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 1, 1 jan. 1881. *Libertador*, p. 2.

³⁷ A fundação do jornal *Libertador* foi celebrada por diversas folhas do Brasil. De acordo com a matéria “O que se diz de nós”, a folha abolicionista foi homenageada pelo: *Diário de Notícias* (BA), *Diario de Pernambuco* (PE), *Paiz* (MA), *Papagaio* (AL), *Leopoldinense* (MG), *Brado Conservador* (RN), *Família Maçônica* (RJ) e *Diário da Cachoeira* (BA). Cf.: “O que se diz de nós”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 4, 17 fev. 1881. *Gazetilha*, p. 4.

³⁸ “Pax Vobis”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 2, 15 jan. 1881. *Libertador*, p. 4.

³⁹ NOBRE. Op. Cit., p. 17.

⁴⁰ ROCHA, Demócrito. “A Imprensa do Ceará”. In: MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo. *O Ceará*. 3º Ed. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1966, p. 328.

⁴¹ MONTENEGRO, Abelardo. *Os partidos políticos no Ceará*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980, p. 43.

O historiador Abelardo Montenegro e o intelectual cearense Guilherme Studart ajudam a pensar como os jornais dessas facções políticas surgiram no Ceará. De acordo com Studart, o jornal *Pedro II* foi fundado, no dia 12 de setembro de 1840, pela oligarquia da família do senador Miguel Fernandes Vieira, após a elevação do segundo Imperador⁴². Todavia, como apresentou Montenegro, com o choque entre os conservadores em âmbito nacional, sobretudo após a formação da Liga Progressista (1862) e do falecimento de Fernandes Vieira (1863), a facção formada pelo político Domingos José Nogueira Jaguaribe e pelo comerciante Joaquim da Cunha Freire (Barão da Ibiapaba) insurgiu-se contra aquele grupo político e fundou a *Constituição*⁴³.

Essa dinâmica facciosa não foi diferente entre os liberais dessa província. Studart relata que o jornal *Cearense* foi fundado, no dia 4 de outubro de 1846, pelos políticos Frederico Pamplona e Thomaz Pompeu de Sousa Brasil⁴⁴. Todavia, com a decadência do domínio da família Alencar na cena liberal cearense, o senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil ascendeu como chefe do Partido Liberal nessa província. Entretanto, em 1877, após a sua morte, a ala chefiada pelo senador Vicente Alves de Paula Pessoa entrou em choque com a liderança constituída entre Antônio Pinto Nogueira Acioly e Tomás Pompeu de Sousa Brasil Filho, estabelecida pelo senador Cansanção de Sinimbu (Presidente do Conselho de Ministros), segundo as prescrições do falecido chefe liberal. Para a ala Pompeu-Acioly, desde a crise de 1868, a família Paula Pessoa tentava promover a quebra da harmonia do Partido Liberal cearense; porém, foi apenas em 1880 que aconteceu a cisão do partido e a criação da *Gazeta do Norte*.⁴⁵

Durante o regime imperial, essas famílias atuaram como as principais protagonistas da vida política cearense. De acordo com Gleudson Cardoso, elas não só “concentraram os poderes ao longo do revezamento entre os ministérios liberais e conservadores da Corte”, como também “se envolveram em disputas acirradas pelo monopólio dos bens públicos” dessa província. Para o historiador cearense, esses periódicos se apropriaram da calúnia e da difamação como mecanismos fundamentais para criticarem os adversários dessas oligarquias e manterem “ilesa

⁴² STUDART, Guilherme. **Catálogo dos jornais de grande e pequeno formato publicados no Ceará**. Fortaleza: Typographia Minerva, 1904, p. 66.

⁴³ MONTENEGRO. Op. Cit., p. 38-42.

⁴⁴ STUDART, Guilherme. “Os jornais do Ceará nos primeiros 40 anos (1824-1864)”. In: REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. **1º Centenário da Confederação do Equador** (1824-1924). Fortaleza, 1924, p. 82-85.

⁴⁵ MONTENEGRO. Op. Cit., p. 40-42.

a estrutura de poder em favor dos grandes proprietários de terra e dos opulentos comerciantes do Ceará”⁴⁶.

Para os abolicionistas da Corte, este era o grande empecilho para o contato com a imprensa cearense. Conforme a carta enviada pelos abolicionistas cearenses da capital do Império, a relação entre os jornais e os partidos políticos constitucionais era uma grande barreira para a conexão com o Ceará. Para eles, a fundação do jornal *Libertador* pela Sociedade Cearense Libertadora foi fundamental para a expansão da luta contra a escravidão no Ceará:

Apresentamo-nos ao público cearense sem a pretensão de lhe sermos agradável, apresentamo-nos para satisfazer um desejo nosso. Há muito que nos sentíamos desejosos de entreter relações com a imprensa de nossa província: mas havia um embaraço a vencer, uma dificuldade a superar – era ser toda a imprensa cearense órgão dos partidos constitucionais. Confessamos que ficámos verdadeiramente possuídos de jubilo quando tivemos conhecimento de que a <<Sociedade Cearense Libertadora>> havia creado o órgão de suas idéas, cujo título traduz o seu programma. Quem é moço e sente palpitar o coração pelos grandes commettimentos, que ennobrecem e elevam o character moral de um povo, não pode, nem deve conservar-se em attitude de mero observador: eis a razão por que tomamos a liberdade de escrever esta carta que será a primeira, si merecer as honras da publicação e porque entendemos que cada filho do norte, onde tivemos o berço, deve na altura de suas forças concorrer para a realisação da magnânima questão que preocupa actualmente o cérebro cearense: a extinção da escravidão.⁴⁷

A conexão dos abolicionistas do Ceará com os seus correligionários da imprensa fluminense também foi facilitada com a inauguração da rede telegráfica nessa província, no dia 26 de fevereiro de 1881. Esse avanço tecnológico foi imprescindível para a repercussão das ideias abolicionistas do Ceará na opinião pública nacional, sobretudo porque, além da aceleração do vai e vem das notícias sobre a campanha abolicionista brasileira, o telégrafo permitiu uma rápida comunicação entre os abolicionistas da Sociedade Cearense Libertadora e outros grupos antiescravistas do Império. De acordo com o historiador Eric John Hobsbawm, durante a segunda metade do século XIX, as mais remotas regiões do globo estavam começando a sua interligação através dos meios de comunicação, que não tinham mais precedentes “pela regularidade, pela capacidade de transportar vastas quantidades de mercadorias e número de pessoas e, acima de tudo, pela velocidade: a estrada de ferro, o navio a vapor e o telégrafo”⁴⁸.

Essa visão fica clara no ato dos abolicionistas do jornal *Libertador* para celebrar a inauguração da rede telegráfica no Ceará. Esse periódico estabeleceu contato imediato para saudar os seus principais correligionários abolicionistas do Sul, comunicando a instalação do telégrafo para os “Srs. Ferreira de Menezes, Ferreira de Araújo, Lopes Trovão, Paula Ney e

⁴⁶ CARDOSO. Op. Cit., p. 25-26.

⁴⁷ “Corte, 9 de março de 1881”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 7, 24 mar. 1881. *Libertador*, p. 2.

⁴⁸ HOBBSAWM, Eric John. *A era do capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 67.

José do Patrocínio, redactores dos jornais *Gazeta da Tarde e Gazeta de Notícias*”. Para além do sucesso da comunicação entre esses abolicionistas, a saudação de Ferreira de Menezes para os seus correligionários de Fortaleza foi simbólica do impacto dos meios de comunicação para o progresso da sociedade ressaltado por Hobsbawm. O redator-chefe da *Gazeta da Tarde* acreditava que “onde havia jornal, trem de ferro e telegrafia não poderia existir escravos”⁴⁹.

A conexão com os abolicionistas da Corte foi importante, porque essa cidade assumiu um papel central na formação da opinião pública nacional. Segundo Barbosa, além do fato de ser a capital do Império, “essa cidade representava o Brasil no cenário internacional, atuando como um lugar de cruzamento de informações e uma fonte permanente de notícias”⁵⁰. Apesar de a significativa circulação de impressos existente no território brasileiro ter permitido a interligação entre os círculos letrados do Brasil⁵¹, essa conexão favoreceu a aceleração da divulgação das ideias abolicionistas do Ceará pelo Império, sobretudo porque os jornais *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Tarde* tiveram uma grande circulação na imprensa do Rio de Janeiro.

Não foram apenas os abolicionistas do Rio de Janeiro que estabeleceram uma conexão direta com a Sociedade Cearense Libertadora. Nessa mesma data, José de Vasconcellos (redator-chefe do *Jornal do Recife*) também telegrafou para saudar os abolicionistas do jornal *Libertador*. Nessa mensagem, ele apregoava que “todos os bons brasileiros estavam com o Ceará”, porque “a radiante luz d’aurora redentora, já bruxuleava do Norte ao Sul pelo vasto horizonte da querida pátria brasileira”. O antiescravista liberal também desejou que a província do “Ceará fosse a primeira terra” do Império “a dizer que não possuía mais escravos”⁵².

Ademais de a rede telegráfica ter permitido a aceleração do envio de informações, uma vez que essa invenção permitiu que as notícias fossem transmitidas no mesmo dia, a interligação com esses dois polos do abolicionismo nacional abriu caminhos para a expansão da propaganda abolicionista cearense para o Velho Mundo. Isso porque, além de a cidade do Rio de Janeiro atuar como um lugar de cruzamento de informações, a terra natal de Joaquim Nabuco detinha condições para a comunicação com a Europa, após a instalação do cabo submarino que ligava Pernambuco com Portugal, implantado pela empresa *The Western Telegraph Company Limited*, em 1874⁵³.

⁴⁹ “De Norte a Sul”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 5, 3 mar. 1881. Gazetilha, p. 4.

⁵⁰ BARBOSA. Op. Cit., p. 119.

⁵¹ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, Imagem e Poder**. O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 47.

⁵² “De Norte a Sul”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 5, 3 mar. 1881. Gazetilha, p. 5.

⁵³ BHERING, Francisco. **A radiotelegraphia no Brasil**: elementos históricos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914, p. 326.

Apesar de toda a exaltação da imprensa pelo Império, dentre os grandes jornais políticos da cidade de Fortaleza, somente o periódico conservador *Constituição* apoiou todas as medidas do movimento abolicionista, liderado pela Sociedade Cearense Libertadora. Para os jornalistas desse jornal político, “a abolição representava liberdade, patriotismo solidário a D. Pedro II, autonomia civil e moral, regeneração da pátria, a superação de velhos preconceitos e redenção social”.⁵⁴ Dessa maneira, diversos sócios da Sociedade Cearense Libertadora e colaboradores do jornal *Libertador* também atuaram na redação do jornal *Constituição*, dentre eles: Frederico Augusto Borges, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues e Antônio Pinto de Mendonça.

Durante o ano de 1881, eram frequentes as críticas do jornal *Libertador* contra os colegas da imprensa cearense, sobretudo àqueles que não tinham uma postura clara sobre o movimento abolicionista e continuavam realizando práticas escravistas para lucrar com a imprensa, em especial, a publicação de anúncios de escravos. Para a folha da Sociedade Cearense Libertadora, os jornais *Pedro II* e *Gazeta do Norte* haviam sido convertidos em armazéns de “secos e molhados”, uma vez que continuavam divulgando “anúncios negreiros”, embora exaltassem sempre a Lei de 28 de setembro de 1871, ou seja, a Lei do Ventre Livre:

O *Pedro II* e a *Gazeta do Norte* desferiram canoros hymnos á lei de 2\$ de Setembro! Batemo-lhes palmas e o nosso bravo tinha o cunho d'admiração pelo quo é grande. Depois..... Extranha contradicção! As paginas nitentes do jornal estavam conspurcadas pelos annuncios negreiros. A imprensa se tinha convertido em um armazém de seccos e molhados.⁵⁵

Ainda que o jornal *Libertador* tenha deixado de realizar apenas a propaganda abolicionista durante a sua segunda fase de circulação, ele nunca divulgou anúncios escravistas, como fizeram destacados jornais abolicionistas do Brasil, em especial, a *Gazeta de Notícias* da Corte⁵⁶. Diferentemente dessas folhas, os anúncios difundidos no *Libertador* não tratavam sobre fuga, venda ou compra de escravos. Além dos anúncios de produtos do dia a dia e artigos importados da França, o periódico anunciava fundos para a compra de alforrias de cativos, festividades antiescravistas, fundação de jornais e denúncias contra traficantes de escravos do Brasil. É o que anuncia a propaganda divulgada em sua edição de estreia: “Paga-se muito bem aquém nos fornecer a lista completa de todos os negociantes de escravos, correctores e mais tyranos”⁵⁷.

⁵⁴ FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta**: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição* na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004, p. 89.

⁵⁵ “Seccos e Molhados”. **Libertador**, Fortaleza, ano I, n. 2, 15 jan. 1881. Gazetilha, p. 5.

⁵⁶ MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014, p. 131.

⁵⁷ “ANUNNCIO”. **Libertador**, Fortaleza, ano I, n. 1, 1 jan. 1881. Anuncios, p. 8.

Embora o periódico *Pedro II*⁵⁸ fosse fiel às bases da monarquia e não tivesse saudado o aparecimento do *Libertador* na imprensa cearense, as críticas do jornal da Sociedade Cearense Libertadora contra o decano da imprensa cearense tinham relação direta com a divulgação de anúncios de venda, compra e fuga de escravos nessa folha conservadora. O jornal *Libertador* saudou o aniversário de 42 anos do *Pedro II* criticando essa recorrente prática escravista:

No dia 1º do corrente completou 41 e entrou nos 42 annos o decano da imprensa cearense *Pedro II*. Apertando affectuosamente a mão calejada do illustre collega, rogamos ao **Creador** do **Universo**, que, prolongando-lhe a preciosa existência por mais longos seculos o faça curar da monomania de annunciar a fuga de escravos. São estes os nossos sinceros votos: acceitai-os collega.⁵⁹

Apesar de a *Gazeta do Norte* ter saudado o aparecimento do jornal *Libertador* na imprensa cearense e ter glorificado a participação ativa da Sociedade Cearense Libertadora, durante a primeira greve dos jangadeiros no porto da cidade de Fortaleza, para essa folha liberal, a abolição da escravatura deveria acontecer segundo o espectro das leis e sem rupturas radicais. Os canoros hinos desferidos à Lei do Ventre Livre deixavam clara essa visão. Para a *Gazeta do Norte*, a lei decretada pelo Visconde do Rio Branco, em 1871, “satisfazia o *desideratum* da escravidão nessa nação, sem abalos ou comoções violentas que atrasassem o seu progresso”⁶⁰.

Por sua vez, embora a folha liberal *Cearense*⁶¹ também tenha prestado uma homenagem cordial ao aparecimento do jornal *Libertador* na imprensa cearense e tivesse deixado de publicar anúncios sobre a fuga, a venda e a compra de escravos, ainda durante o ano de 1880⁶², ela nunca apoiou o movimento abolicionista, promovido pela Sociedade Cearense Libertadora. Além de questionar as práticas empregadas por essa agremiação, o jornal *Cearense* apregoava que realizava a “verdadeira propaganda” abolicionista. Para o periódico da família Paula Pessoa, a escravidão deveria desaparecer porque era um atentado contra os direitos da humanidade; no entanto, ela teria que ser extinta de acordo com o bom senso moral e jurídico:

Já é tempo de parar um momento e attender ao que realmente se vae passando em derredor... Todo o espirito sensato sabe em sua consciencia, que, na effectividade dos emprehendimentos humanos, não basta a verdade da idéa ou do principio para levar aos mais nobres resultados. Os meios, á empregar, devem ser escolhidos com tanto bom senso e applicados com tamanha probidade, quanto é de rigor e natural conveniência em uma obra de verdade. Não basta o útil, se este não fôr, ao mesmo tempo, baseado no justo e no honesto. A moral e o direito, esses dois pharoes, que

⁵⁸ Durante a década de 1880, o jornal *Pedro II* era chefiado pelo político conservador Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos (genro do senador Miguel Fernandes Vieira) e tinha como redatores: Manoel Ambrósio da Silveira Torres Portugal, Luiz Francisco de Miranda e Paurilio Fernandes Bastos. Cf.: STUDART. Op. Cit., 1924, p. 31-34.

⁵⁹ “42 anos”. **Libertador**, Fortaleza, ano I, n. 13, 2 jul. 1881. Gazetilha, p. 3.

⁶⁰ “Hontem”. **Gazeta do Norte**, Fortaleza, ano II, n. 149, 13. jul. 1881. Libertador, p. 1.

⁶¹ Na década de 1880, o jornal *Cearense* era chefiado pelo senador Vicente Alves de Paula Pessoa e tinha como redatores-chefes: Antônio Joaquim Rodrigues Júnior, “o conselheiro Rodrigues Júnior” (bacharel em Direito e político liberal radical) e José Pompeu Cavalcante (engenheiro e político). Cf.: STUDART. Op. Cit., 1904, p. 17.

⁶² “Pela liberdade”. **Cearense**, Fortaleza, ano XXXIV, n. 104, 3 out. 1880. Noticiário, p. 2.

levão o individuo diretamente à pratica do bem – geral ou particular – no correr da existencia humana, prescrevem, de um modo absoluto, intransigente, a necessidade dos meios legítimos no prosseguimento, ou realização de qualquer idéa, por mais generosa, ou mesmo santa, que esta o seja. Nenhum propagandista sincero, nenhum entusiasta de boa fé deixará certamente de reconhecer quanto há de necessário e proveito no imperio constante dessas prescrições.⁶³

Essa disputa em torno da propaganda abolicionista na província do Ceará afetou a circulação do jornal *Libertador* durante o ano de 1881. Além dos altos preços, a repressão do governo provincial e a prática jornalística da imprensa partidária contribuíram para o tempo que essa folha deixou de circular no Ceará. Inicialmente, a sua circulação foi comprometida porque a Tipografia Brasileira (empresa que editou os seis primeiros números do jornal *Libertador*) cobrava altos valores. Esse empecilho econômico fez com que o jornal migrasse para a “Tipografia Cearense”; no entanto, essa nova empresa pertencia ao jornal liberal *Cearense*. Além de ser responsável pela edição do expediente do governo provincial, esse impresso era antípoda das ações da Sociedade Cearense Libertadora na batalha pela abolição.

Apesar de o jornal *Cearense* ter sido imparcial na divulgação das notícias sobre a participação ativa da Sociedade Cearense Libertadora, durante a primeira greve dos jangadeiros no porto da cidade de Fortaleza, em janeiro de 1881, essa postura mudou após as ações dessa sociedade, que envolveram roubo ou acoitamento de escravos⁶⁴ e a intensificação do discurso incendiário do *Libertador*. Após essa greve, o discurso dessa folha ficou mais agressivo, cogitando até mesmo uma guerra civil, semelhantemente ao processo de abolição nos Estados Unidos:

Somos moços, somos revolucionários. Mas revolucionários que querem a liberdade universal, a confraternização de todos os cidadãos, a gloria da pátria e o renome do Brazil. Que querem a realização da mais palpitante questão da actualidade – a extinção da escravatura – que os nossos homens de estado reconhecem-se sem forças para resolver-a, acobardados ante as bravatas dos fazendeiros potentados. Qué querem uma nação respeitada no estrangeiro e nunca uma poderosa senzala. Se, além dos recursos de nossa palavra de fogo, que fulmina execrações sobre os traidores da pátria, for-nos preciso deitar mãos as armas, sejamos guerreiros. Mas não retumbe mais aos nossos ouvidos o nome de escravo, tantas vezes e tão brilhantemente estigmatizado pelos verdadeiros evangelistas da civilização moderna. Sirva-nos de exemplo o procedimento magnânimo dos filhos da grande república Americana, que atiraram aos quatro ventos o grito da revolta e libertaram a república. Correu muito sangue generoso, consumiram-se fabulosos capitães, cidades inteiras foram reduzidas a cinzas, muita vida preciosa tombou ao choque do punhal do assassino; mas a liberdade hasteou ao final, o pavilhão estrellado sobre as ruinas dos reductos dos esclavagistas. E hoje é livre, e hoje é grande e respeitada pelas nações do universo.⁶⁵

⁶³ “A Verdadeira Propaganda I”. **Cearense**. Fortaleza, ano XXXVI, n. 126, 18 jun. 1882. *Libertador*, p. 1.

⁶⁴ Embora os abolicionistas da Sociedade Cearense Libertadora tenham não só participado de algumas ações que envolveram roubo e acoitamento de escravos na província do Ceará, como também recebido vários cativos fugitivos do Brasil, o jornal *Libertador* não incentivava a fuga de escravos. Para os abolicionistas dessa agremiação, os escravizados deveriam ser resgatados, pois eles não eram sujeitos capazes de lutar pela liberdade.

⁶⁵ “Embora o Sangue”. **Libertador**, Fortaleza, ano I, n. 3, 7 fev. 1881. *Libertador*, p. 3-4.

Essas práticas e a repercussão negativa da segunda greve dos jangadeiros do Ceará na opinião pública da Corte, durante a tentativa de reabertura do porto dessa capital para o comércio de escravos, no dia 30 de agosto de 1881, acirraram ainda mais a repressão do governo provincial contra a Sociedade Cearense Libertadora e o jornal *Libertador*. Dessa maneira, apesar da publicação das edições especiais, muito em virtude da repercussão deste último acontecimento, a folha abolicionista cearense deixou de circular no dia 26 de agosto de 1881.

De acordo com o próprio jornal *Libertador*, a sua circulação teria sido comprometida, porque, além de ser “inquilino na casa do mercenário”, comprava “muito caro o seu foro de cidadão na imprensa, que também editava o expediente do governo”. O periódico ainda acreditava que “a imprensa política era um oceano em tempestade e qualquer jornal, estranho as suas luctas, que ahí desfraldasse seu estandarte aos ventos da publicidade”, seria “ludibriado pelo fluxo e refluxo de alheios interesses”. O jornal *Libertador* voltou a circular na imprensa da província do Ceará somente no dia 2 de novembro de 1882, quando a Sociedade Cearense Libertadora conseguiu inaugurar “a mais completa empresa typographica da província”⁶⁶.

A tipografia da Sociedade Cearense Libertadora ficava localizada na rua Major Facundo, nº 56, no centro da cidade de Fortaleza. Ela contava com um prelo a vapor, um prelo manual e uma máquina *Magan*. Esse maquinário permitiu que ela publicasse jornais, livros, anúncios, avulsos, apólices, cartas de ABC, faturas, contas de venda, mapas, circulares, letras de câmbio, rótulos para farmácia, cartões de visita, convites de casamentos, dentre outros trabalhos impressos, cobrando 10% a menos que as outras tipografias da capital cearense⁶⁷.

Após mais de um ano fora de circulação, o jornal *Libertador* reiniciava a sua segunda fase na imprensa cearense, como diário da tarde. O periódico passou a ser publicado todos os dias, às 5 horas da tarde, exceto aos domingos ou dias santos. Sua assinatura passou a ser anual e continuou custando 10:000 réis, para qualquer região do Ceará, do Império ou estrangeiro, no entanto não aceitava contratos com menos tempo de duração, enquanto o seu número avulso continuou custando 40 réis, aumentando para 200 réis depois de arquivado em seu escritório.

Durante essa fase, o jornal *Libertador* foi publicado em um formato grande. Os números do ano de 1882 foram publicados com 6 páginas, porém, a partir de 1883, foi fixado um modelo com 4 páginas, de modo que cada uma era dividida em seis colunas, apresentando as seguintes seções fixas: “Libertador”, “Gazetilha”, “Tribuna do Povo” e “Annuncios”. Esta última seção abrangia duas folhas, algumas vezes três, ocupando geralmente as páginas 1 e 4 do periódico⁶⁸.

⁶⁶ “Reorganização e Ressurreição”. *Libertador*, Fortaleza, ano II, n. 1, 2 nov. 1882. *Libertador*, p. 2.

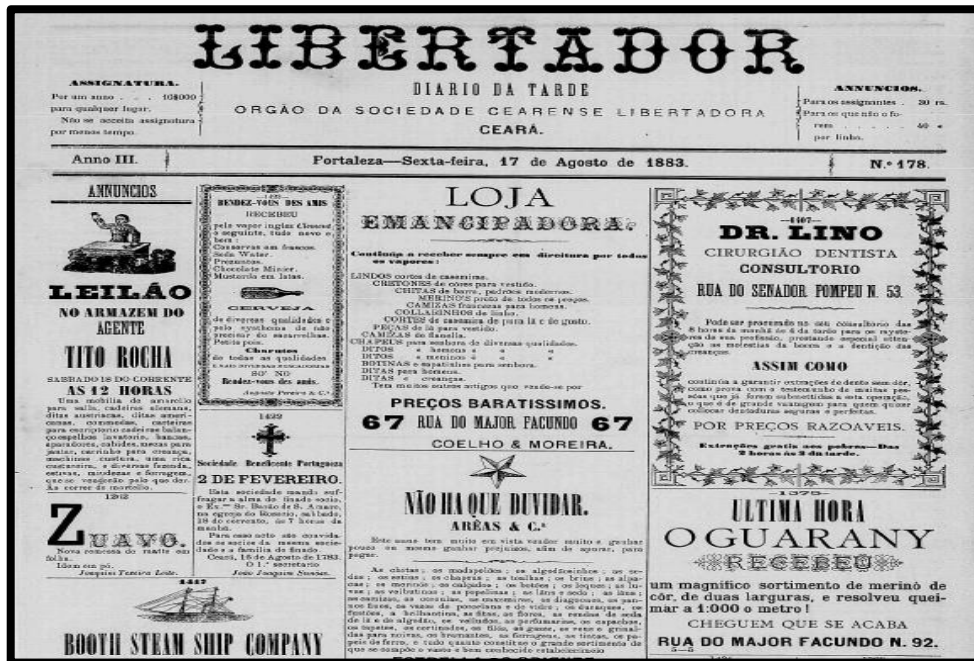
⁶⁷ “Typographia”. *Libertador*, Fortaleza, ano II, n. 1, 2 nov. 1882. *Libertador*, p. 2.

⁶⁸ “LIBERTADOR”. *Libertador*, Fortaleza, ano IV, n. 145, 16 jul. 1884, p. 1.

O grande espaço reservado para a divulgação de anúncios chama atenção, pois, segundo a historiadora Lília Schwarcz, a quantidade de propaganda em um periódico era um sinal da sua recepção positiva na opinião pública. De acordo com a autora, os periódicos mais lidos, geralmente, tinham as suas páginas recheadas com anúncios. Além de ter relação direta com a instalação de agências do jornal *Libertador* nas principais regiões do Ceará, o pretense sucesso dessa folha abolicionista na opinião pública cearense tinha relação direta com a postura neutra entre os partidos políticos do Brasil, uma vez que, além de os jornais político-partidários não serem bons negócios, eles viviam das subvenções dos partidos e geralmente só eram lidos quando o grupo político ou os homens que o subvencionavam estavam em evidência na vida política brasileira⁶⁹.

⁶⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p. 64.

Figura 2: Jornal *Libertador*. Órgão da Sociedade Cearense Libertadora. Segunda fase de circulação na imprensa da província do Ceará (1882-1884).



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil. Hemeroteca Digital Brasileira.

Além das aludidas seções fixas, o *Libertador* apresentou as seguintes seções nessa fase: Edital, S. Libertadora, Secção Commercial, Folhetim, Literatura, Parlamento, Sciencias e Letras, Instrução, Religião, Correspondencia, Abolicionismo, Communicado, Ripardismo, Variedades e Pick-Nick. Dentre essas, “S. Libertadora” e “Secção Commercial” eram não só a grande novidade dessa folha abolicionista, como também explicitavam “os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio”⁷⁰, em especial, os interesses das elites comerciais da cidade de Fortaleza e a busca pela invenção do Ceará, como vanguarda abolicionista nacional. A primeira divulgava discursos, manifestos, correspondências e eventos abolicionistas pelo Brasil, sobretudo matérias, que tinham como objetivo principal realizar a construção da representação da província do Ceará como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro. Por sua vez, a Secção Commercial publicava o fluxo de importação e exportação de produtos que chegavam da Europa e dos Estados Unidos para essa província e diversos manifestos dos centros comerciais do Brasil.

Além das diversas seções novas, o programa do jornal *Libertador* também foi ampliado. “Depois de longos meses retemperando n’adversidade e na luta, a sua coragem para hastear

⁷⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural*. Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1988, p. 17.

bem alto a sua bandeira”, essa folha abolicionista realizou a sua reapresentação na imprensa e divulgou “Ao Paiz” o seu manifesto. Além de apregoar que não era “instrumento de especulação [...] política ou mercantil” e “não visava lucros materiaes e nem ambicionava o poder, pois empenhava-se, com todas as suas forças, por todos os melhoramentos da sociedade e bem-estar do paiz, que agonizava á mingua do patriotismo”, o novo programa do jornal *Libertador* tinha um discurso incendiário sobre o prazo da abolição da escravatura no Brasil:

1.º A libertação completa da escravidão no prazo imperrogavel de 5 annos. Para attingir esse *desideratum*, não trepidará diante de obstáculo de natureza alguma, até as mais extremas resoluções caso o governo liberal ou conservador não adopte medidas serias n’altura da magnitude do assumpto [...].⁷¹

Diferentemente da sua primeira fase, o jornal *Libertador* não realizava apenas a propaganda abolicionista. O seu novo programa não só deixava evidente os interesses da classe comercial de Fortaleza, envolvida com a divulgação da ideia da liberdade nessa província, mas também explicitava uma prática jornalística distinta do padrão da imprensa político-partidária cearense:

[...] 2.º A verdade nas discussões da imprensa, de foro, da tribuna parlamentar e dos comícios populares. 3.º A lealdade dos princípios, a pureza dos costumes, o amor da probidade, o respeito á dignidade própria e alheia. 4.º A repressão do crime no rico e no pobre, no fidalgo e no plebeu, no litterato como no analfabeto e sobretudo n’autoridade pública que mais que ninguém, tem o dever de dar o bom exemplo. 5.º A prosperidade e engrandecimento da lavoura pela applicação dos methodos modernos e consequente condemnação das velhas e anacronicas praticas que até hoje tem atrazado a nossa agricultura. 6.º O desenvolvimento da riqueza pastoril [...]. 7.º A diffusão da imprensa pela publicação resumida de todos os jornaes, e proteecção ás artes e sciencias. 8.º Propagação da instrucção publica por todas as classes sociaes [...]. 9.º A diminuição dos empregos públicos pela supressão dos lugares que vagarem e augmento de vencimentos aos poucos funcionarios que desempenharem bem seus árduos devores para com o Estado. 10.º A descentralisação em todos os ramos do serviço publico, a autonomia das municipalidades e a extinção do espirito de adulação e subservencia ignobil ao poder. 11.º A defesa dos desprotegidos da fortuna, quando forem violentados no seu direito, e a elevação do povo, fazendo-lhe ver a extensão e superioridade do seu poder. 12.º A sustentação dos legítimos interesses do commercio honesto e laborioso e a protecção de um por todos e todos por um.⁷²

A reivindicação desses valores pelo jornal *Libertador* na imprensa cearense tinha como objetivo principal fomentar os ideais de liberdade em várias dimensões da sociedade, questionando as antigas bases das práticas sociopolíticas que obstruíam a regeneração social e o estabelecimento da moderna sociedade capitalista no Brasil. Inspirados pelas modernas teorias científicas e noções liberais herdadas das filosofias iluministas para a projeção de uma sociedade harmoniosa, os articulistas dessa folha acreditavam em uma marcha evolutiva das nações rumo ao progresso universal da humanidade. No entanto, para que o apostolado

⁷¹ “Ao Paiz”. *Libertador*, Fortaleza, ano II, n. 1, 2 nov. 1882. *Libertador*, p. 1.

⁷² *Idem*.

cotidiano e incessante da liberdade fosse inaugurado no Brasil, era necessário extinguir a escravidão:

Toda a vez que um paiz está abalado pela acção evolutiva de uma idéa, por uma força impulsiva e organisadora, é impossível deter a marcha triumphal dos acontecimentos. É a voz inextinguivel da consciencia humana. Ao antro negro das almas é preciso levar a lampada augusta da verdade. Quer na mentalidade, quer na sentimentalidade da nação produz-se uma agitação renovadora. Sejam por tanto, ousados e resolutos em affirmar os principios de uma pura e radical democracia, clamando sem cessar pelo resgate dos captivos. Diante do progresso, que é o dynamismo universal das sociedades constituídas, abatem-se todas as muralhas do immobilismo tradicional, que tem gerado a raça dos novos Cains, immoladores de seus irmãos nas aras do egoísmo. Cada um de nós não vive para si mesmo, mas para todos, e não há progresso isolado independente do progresso geral. A principal virtude é o sacrificio. Elle consiste em pensar, obrar, soffrer, si fôr preciso, não por nós mesmos, mas pelos outros, para o triumpho da liberdade, que é o bem, sobre a escravidão, que é o mal. O progresso, como religião da humanidade, tem por scopo supremo a fraternidade dos homens e dos povos, commungando todos no mesmo agape os mesmos direitos e os mesmos deveres. Inauguremos o apostolado quotidiano e incessante da liberdade. É preciso dizer e redizer a verdade aos nossos concidadãos, por mais inexhoravel que ella seja. E eis aqui a verdade: Deve-se abolir a escravidão!⁷³

Conforme argumenta Marialva Barbosa, esses valores divulgados pelo novo programa do jornal *Libertador*, sobretudo a pretensão de fiscalizar os poderes públicos, denunciar e instituir a voz dos fracos e oprimidos, legitimando a soberania do povo e a propagação dos ideais de modernidade, segundo uma postura jornalística neutra com relação à política, constituiu-se como o sacerdócio ou missão do novo jornalismo durante as últimas décadas do século XIX⁷⁴.

Essa nova prática jornalística do *Libertador* fica evidente no editorial “Couzas da Política”. Nessa matéria, o periódico cearense atacava a política oligárquica da família Paula Pessoa em apoio ao colega abolicionista Gil Amora, questionando uma prática clientelista bastante comum na cultura política brasileira, a nomeação de familiares para cargos públicos:

A ninguem mais é desconhecida a ambição desmascarada e descomunal, com que a família *Paula Pessoa* se atira aos empregos públicos, preterindo as mais legitimas aspirações de pretendentes, incontestavelmente aptos e habilitados. Prevalecendo-se do apoio servil, que presta á situação, e abusando da confiança, que esta lhe dá na paga e remuneração de seus serviços, a família *Paula Pessoa* não tem limites na gana com que vai aquinhoando os seus parentes e asseclas. Sempre, e em tudo o systema condemnado e odioso das olygarchias! É uma realidade desoladora! Não se quer saber, nem se indaga mesmo, si o pretendente ao cargo publico tem a necessária idoneidade, a precisa moralidade, e se offerece por seus attributos e qualidade uma certa garantia ao serviço do Estado ou da província. Nada d’isto; basta que o aspirante ao funccionalismo seja filiado á olygarchia dos Paulas em algum dos grãos conhecidos de parentesco, ou que se haja constituído espoleta d’essa política nefasta e fatal. Um factio recentemente ocorrida dá a medida exacta do avassalamento, com que a olygarchia Paula Pessoa vai cynicamente se apossando de todas as posições officiaes. Queremos nos referir á nomeação do Sr. Dr. Dario Fortuna Pessoa para o cargo de juiz municipal da comarca da Pacatuba. Além de outros pretendentes,

⁷³ “Jornada Promissora”. *Libertador*, Fortaleza, ano I, n. 4, 7 fev. 1881. Gazetilha, p. 4.

⁷⁴ BARBOSA. Op. Cit., p. 130.

desejava o lugar, o Dr. Gil Amora honrado juiz municipal da comarca de Baturité [...]. O jovem e estimável magistrado teve, porém, de ceder á onnipotência da família *Paula*, a despeito de ser liberal, e seu sogro, o honrado commerciante d'esta praça, Manoel Albano, ter sido em todo o tempo considerado uma das benéficas influencias do Partido Liberal do Ceará.⁷⁵

Essa crítica também tinha relação direta com a maneira como a ideia da liberdade foi precariamente projetada pelos abolicionistas do jornal *Libertador*. Eles apregoavam que, após a abolição da escravatura no Brasil, “os privilégios de nascimento da antiga e bastarda fidalguia, esse enorme attentado contra o direito natural do homem, fonte sacro-santa e imperecível de onde deriváram todos os direitos constituídos nas sociedades cultas”, seriam erradicados pela civilização moderna “que firmou o soberano e magnanimo principio da egualdade do homem” e estabeleceu “somente as distinções que provinham do merecimento, saber e virtudes”⁷⁶.

Contrário às velhas práticas da imprensa político-partidária cearense, o discurso do jornal *Libertador* também procurava incutir na opinião pública dessa província, a valorização da imprensa livre e independente, como um mecanismo imprescindível para a divulgação de valores que colaborassem com a comunhão social. Para os abolicionistas dessa folha, embora a imprensa fosse criticada “via de regra” pelos “indivíduos que mais abuzam da liberdade da imprensa”, eles também tinham “o direito de serem ouvidos”. Contudo, só deveriam “ser acreditados aquelles que” tivessem “sob sua imediata responsabilidade, como publicistas honestos, redactores responsáveis e escriptores independentes”, apropriando a imprensa “para a defesa de seus legítimos interesses, de seus direitos naturaes e sociaes, para propagar idéas sãs de direitos e deveres sociaes, e para vulgarisarem conhecimentos úteis ou discutirem questões que interessassem a comunhão social” e a “vitalidade da seita da liberdade” no país⁷⁷.

Essa nova prática jornalística e a expansão do movimento abolicionista no Ceará⁷⁸, sob a liderança da Sociedade Cearense Libertadora, permitiram que o jornal *Libertador* atuasse como agente central na formação da “Comissão Libertadora da Imprensa” para a libertação da cidade de Fortaleza e difundisse uma prática já bastante utilizada pelas folhas antiescravistas brasileiras entre os periódicos políticos do Ceará: o associativismo abolicionista na imprensa.

No dia 9 de abril de 1883, o jornal *Libertador* publicou o editorial “A capital escrava” e afirmou que “havia cumprido o seu dever”, pois tinha enviado uma “comissão” para “as

⁷⁵ “Couzas da política”. *Libertador*, Fortaleza, ano III, n. 240, 31 out. 1883. *Libertador*, p. 2.

⁷⁶ “A Libertadora Cearense”. *Libertador*, Fortaleza, Ano I, n. 17, 16 ago. 1881. *Libertador*, p. 2.

⁷⁷ “A Imprensa”. *Libertador*, Fortaleza, ano III, n. 216, 9 out. 1883. Transcrição, p. 2.

⁷⁸ A Comissão Libertadora da Imprensa foi constituída em um momento de ascensão do abolicionismo no Ceará. A promulgação de algumas leis provinciais emancipacionistas, a proclamação de Acarape como o primeiro município livre do Império e o sucesso da utilização da estratégia de libertação de territórios animaram o movimento abolicionista nessa província. Assim, além da participação ativa da população em atos públicos contra a escravidão, surgiram várias associações abolicionistas, antes da união da imprensa para lutar contra a escravidão.

nobres redações dos jornais e diários da Capital” para convidar “a Imprensa desta heroica cidade para se incumbir da sua completa libertação”.⁷⁹ A propaganda desse periódico foi muito bem sucedida. No dia 15 de abril de 1883, cinco dias após a divulgação dessa matéria, a Comissão Libertadora da Imprensa foi formada na província do Ceará. Ela contava com a participação dos jornais *Libertador*, *Pedro II*, *Constituição* e *Gazeta do Norte*. A exceção dessa aliança foi a folha da família Paula Pessoa. De acordo com o jornal *Libertador*, a separação entre o joio e o trigo “operou-se naturalmente, sem abalo, nem violencia, no grande acontecimento de 24 de Maio” de 1883, quando o jornal *Cearense* não “deixou o mais tenue vislumbre de duvida a seu respeito” e “tornou-se inolvidável na memória pública, como a traição de Judas”, divulgando em suas páginas que somente ele era contra a libertação dos escravos da cidade de Fortaleza⁸⁰.

Apesar de apenas três dos grandes jornais políticos de Fortaleza terem aceitado a proposta orquestrada pelo jornal *Libertador*, essa aliança proferiu o último *fiat* da abolição nessa província. No dia 8 de dezembro de 1883, a Comissão Libertadora da Imprensa promoveu um grande *meeting* popular no Paço da Assembleia Provincial em homenagem ao terceiro aniversário da Sociedade Cearense Libertadora e definiu o dia 25 de março de 1884 como a data da libertação dos escravos no Ceará. Durante essa celebração, Almino Alvarez Afonso afirmou que embora a aurora do dia 1º de janeiro de 1884 iluminasse um solo completamente livre e feliz, circunstâncias imprevistas obstaram essa aspiração para o dia 25 de março de 1884⁸¹. Essa escolha foi conveniente, pois os abolicionistas dessa província temiam uma possível investida do governo central, uma vez que a Lei 2.034⁸² só entraria em vigor quatro meses após a sua sanção e o governo provincial havia chancelado o movimento abolicionista cearense, promulgando uma lei que contrariava as recomendações do poder executivo central⁸³.

Sem sombra de dúvidas, essas circunstâncias imprevistas, conforme as palavras do articulista do jornal *Libertador*, contribuíram para a decisão certa da Comissão Libertadora da Imprensa. O dia 25 de março de 1884 foi a ocasião mais conveniente para a libertação dos

⁷⁹ “A capital escrava”. **Libertador**, Fortaleza, ano III, n. 138, 9 abr. 1883. *Libertador*, p. 2.

⁸⁰ “Vade retro, Satanás” **Libertador**, Fortaleza, ano III, n. 229, 18 out. 1883. *Libertador*, p. 2.

⁸¹ “Grande Reunião”. **Libertador**, Fortaleza, ano III, n. 271, 10 dez. 1833. Editorial, p. 2.

⁸² O projeto de lei apresentado pelos deputados Frederico Augusto Borges, Justiniano de Serpa e Felipe Sampaio à Assembleia Provincial, no dia 4 de outubro de 1883, porém sancionado pelo presidente Satyro Dias de Oliveira, somente no dia 19 de outubro de 1883, foi coroadado como o decreto final da libertação dos cativos da província do Ceará. Essa lei tinha como medida principal, a alteração do texto da Lei 2.031, de 18 de dezembro de 1882, que previa uma taxa de 10\$000 réis anuais sobre a posse de cada escravo da capital e 6\$000 para os cativos dos demais municípios do Ceará, determinando a unificação dessa cobrança e o seu aumento para 100\$:000 réis. Essa lei ainda exigia que todos os proprietários de cativos realizassem uma matrícula especial, até o dia 31 de dezembro de 1883, assim como estabelecia uma multa de 1:500\$:000 réis para evitar a saída de escravos dessa província. Cf.: “Guerra aos senhores de escravos”. **Libertador**, Fortaleza, ano III, n. 217, 4 out. 1883. *Libertador*, p. 2.

⁸³ ALONSO. Op. Cit., p. 211-212.

escravos no Ceará, pois, além de celebrar o sexagésimo aniversário da Constituição do Império, ela contribuiria tanto para a nacionalização do abolicionismo quanto para a projeção da representação da província do Ceará, como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro.

Considerações finais

O jornal *Libertador* foi um mecanismo chave não só para a discussão do abolicionismo na opinião pública cearense, mas também para a divulgação do movimento abolicionista dessa província pelo Império. Neutro entre os partidos políticos constitucionais, com um preço acessível para os seus leitores, afeito ao debate das modernas teorias científicas, calhado pela crescente imprensa literária e redigido por um grupo de intelectuais reformistas, ele atuou como protagonista da campanha abolicionista na província do Ceará. Além de ter contribuído com o combate às antigas práticas da imprensa político-partidária cearense, essa nova prática jornalística foi decisiva para a união do jornal *Libertador* com algumas das principais folhas antiescravistas do Brasil, em especial, a *Gazeta de Notícias* e a *Gazeta da Tarde* da Corte.

A associação com três dos principais jornais político-partidários da imprensa cearense não só deixou claro o caráter ordeiro dessa campanha na província do Ceará, mas também evidenciou uma prática jornalística cunhada pelo novo jornalismo. Embora essa união com parte da imprensa política tenha colaborado para a atuação de pretensos abolicionistas dessa província, motivada, em grande medida, pela conjuntura política e constelação das forças sociais conveniente para a legitimação das aspirações dos grupos e sujeitos interessados com a repercussão da abolição da escravatura no Ceará, o jornal *Libertador* procurou manter sempre a sua postura neutra entre os partidos políticos do país. Todavia, ele apoiou todos os grupos que levassem a sério o problema da extinção do elemento servil no Brasil, sobretudo porque não poupou críticas contra os “cachaceiros rabiscadores do velho rabeção *Pedro II*”⁸⁴ e todos os outros antigos correligionários da imprensa político-partidária na luta pelo fim da escravatura nessa província, durante a continuidade da propaganda contra o regime escravocrata no Brasil.

Referências

Fontes

Gazeta do Norte. *Orgam* Liberal. Fortaleza, Ceará (1881).

Libertador. *Orgão* da Sociedade Cearense Libertadora. Fortaleza, Ceará (1881-1884).

O Cearense. *Orgão* Liberal. Fortaleza, Ceará (1880-1882).

⁸⁴ “Que Cynicos”. *Libertador*, Fortaleza, ano IV, n. 255, 12 dez. 1884. Gazetilha, p. 2.

ROMERO, Silvio. “Resposta do Sr. Silvio Romero”. In: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discursos Acadêmicos**. Tomo I (1897-1919). Rio de Janeiro, 2003.

STUDART, Guilherme. “Os jornaes do Ceará nos primeiros 40 anos (1824-1864)”. In: REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. **1º Centenário da Confederação do Equador (1824-1924)**. Fortaleza, 1924.

STUDART, Guilherme. **Catalogo dos jornaes de grande e pequeno formato publicados no Ceará**. Fortaleza: Typographia Minerva, 1904.

Bibliografia

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

BHERING, Francisco. **A radiotelegraphia no Brasil: elementos históricos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

CARDOSO, Gleudson Passos. **Práticas letradas e a construção do mito civilizador: “Luzes”, seca e abolicionismo em Fortaleza (1873-1904)**. Fortaleza: Museu do Ceará/SECULT, 2016.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

DARNTON, Robert. **O beijo de lamourette**. Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

GIRÃO, Raimundo. **A abolição no Ceará**. 3ª Ed. Fortaleza: Secretária de Cultura e Desporto, 1984.

GUIMARÃES, Hugo Vitor. **Deputados provinciais e estaduais do Ceará**. Assembleias Legislativas (1835-1947). Fortaleza: Editora Jurídica LTDA, 1952.

HOBBSAWM, Eric John. **A era do capital (1848-1875)**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: **Fontes históricas**. PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). São Paulo: Contexto, 2008.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados**. José do Patrocínio e a imprensa abolicionista no Rio de Janeiro. Niterói, Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2014.

MONTENEGRO, Abelardo. **Os partidos políticos no Ceará**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder**. O Surgimento da Imprensa no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NOBRE, Geraldo. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: NUDOC-UFC/ Secretária de Cultura do Estado do Ceará/ Arquivo Público do Ceará, 2006.

OLIVEIRA SILVA, Pedro Alberto de. **História da escravidão no Ceará**. Das origens à extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. “A Lei dos Sexagenários nas ‘Cousas Políticas’ da *Gazeta de Notícias*: os embates acerca da escravidão e da liberdade na imprensa carioca (1884 - 1885)”. In: ENGEL, Magali Gouveia; SOUZA, Flavia Fernandes de; GUERELLUS, Natália de Santanna (Org.). **Os intelectuais e a imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2015.

ROCHA, Demócrito. “A Imprensa do Ceará”. In: MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo (Org.). **O Ceará**. 3ª Edição. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1966.

SANTOS, Cláudia dos. “A Imprensa”. In: MOTTA, Márcia (Org.). **Propriedades e disputas: fontes para a história do Oitocentos**. Guarapuava/ Niterói: Unicentro/ EDUFF, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STUDART, Guilherme. **Dicionário Bio-bibliográfico Cearense**. V. 1. 2. Fortaleza: Typographia Minerva, 1915.